

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA E AS SUAS ABORDAGENS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA

Karla Maria da Silva¹

SILVA, K.M. O processo de independência e as suas abordagens na produção historiográfica brasileira. *Akrópolis*, 12 (2): 9-12, 2004.

RESUMO: Este artigo apresenta as diferentes abordagens realizadas pela historiografia brasileira em relação ao processo de Independência do Brasil, procurando, através de um olhar panorâmico, efetuar uma análise da produção historiográfica brasileira compreendida entre os séculos XIX e XX. Apresenta-se ainda neste trabalho, uma estreita relação entre as abordagens historiográficas e o momento histórico em que foram realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Independência do Brasil - História – Historiografia

THE PROCESS OF INDEPENDENCE AND ITS APPROACHES IN BRAZILIAN HISTORIOGRAPHYC PRODUCTION

SILVA, K.M. The process of independence and its approaches in Brazilian historiographyc production. *Akrópolis*, 12 (1): 9-12, 2004.

ABSTRACT: This article presents the different approaches achieved by the Brazilian historiography in relation to the process of independence of Brazil, through of the general observation, it does an analysis of the historiographyc Brazilian production between the XIX and the XX centuries. Besides, it will present a straight connection between the historiographyc approaches and the historical moment that was achieved.

KEY WORD: Independence of Brazil – History - Historiography

Introdução

Aos historiadores, cabe a “missão” de – através das fontes disponíveis - interpretar e “apresentar-nos” a história, de modo que possamos entender as origens do nosso presente e talvez, diante da experiência já vivida, levantar algumas hipóteses em relação ao futuro. Como colocou-nos Collingwood (1972:17): “como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez”. Contudo, devemos salientar que o estudo de um mesmo período histórico, através das mesmas fontes, ao ser realizado por historiadores de gerações diferentes, embora contenham as mesmas linhas gerais baseadas em “fatos inconteste”, poderá gerar interpretações distintas em diversos pontos.

Dentre os diversos fatores que contribuem para a elaboração de diferentes abordagens históricas, trataremos de demonstrar neste artigo as influências da realidade do historiador e do momento histórico no qual está inserido, sobre sua obra. Para tanto, como forma de exemplificar a questão – e até mesmo pela impossibilidade de se realizar um estudo generalizado – elegemos um importante processo da história do Brasil, o da Independência, para verificar de que forma a historiografia brasileira abordou o tema no período compreendido entre os séculos XIX e XX – período este em que as transformações históricas apresentam-se bastante claras.

Ao realizarmos uma leitura panorâmica sobre os estudos relacionados ao processo da Independência brasileira, elaborados entre o crepúsculo do século XIX e os nossos dias, é possível identificarmos diferentes versões, interpretações e formas de análise.

De Varnhagen aos nossos dias

Elaborados ainda no século XIX, temos os estudos de Varnhagen (1979) sobre a História do Brasil e o processo de Independência, nos quais podemos notar uma abordagem claramente política, onde o autor, expressando as necessidades de consolidação do Estado Nacional sob a monarquia, faz duras críticas à falta de centralização administrativa na colônia e defende que o influxo de autoridades era, em geral, benéfico para os povos ao combater as demasias das elites locais, as quais, devido à ausência de autoridade, teriam inflamado a causa da Independência.

De acordo com João José Reis (2000), Varnhagen priorizava a continuidade em relação à mudança e defendia, de forma conservadora, a tese do “progresso linear e gradual”, valorizando as raízes do período colonial e resgatando-se a tradição para revigorá-la e impô-la diante das mudanças. Segundo Reis, dessa mesma perspectiva comungaria Gilberto Freyre, o qual minimizou – e muitas vezes negou - as tensões do passado e idealizou-o como modelo de referência para o futuro. Em nosso entendimento, porém, apesar de seu conteúdo conservador, a obra de G. Freyre não se enquadra nessa tipologia da história política. No aspecto metodológico, Freyre foi um dos primeiros a romper com a tradicional história política. Inaugurou uma nova abordagem, explorou fontes não convencionais e lançou novos paradigmas para se repensar a história do Brasil. Fez uso da interdisciplinaridade e deslocou o foco da análise dos centros do poder para a intimidade das casas.

Ainda referindo-nos ao que poderíamos chamar de “visão tradicionalista” da História do Brasil, é possível dizer que seu acento está posto no aspecto político e que o seu

¹Mestranda em História pela UNESP (Universidade Estadual Paulista), 2004.

ciclo iniciou-se no século XIX, a exemplo de Varnhagen, perdurando até a década de 1930. Os “tradicionalistas” produziram, como podemos notar pelo índice de suas obras, uma história detalhista e abrangente, contudo factual, possuindo as mesmas, um caráter extremamente ufanista e laudatório, que valorizava os grandes vultos históricos e delegava aos principais personagens a responsabilidade sobre os rumos tomados pela História. Dentre os autores de renome que compartilharam dessa visão, podemos citar Hélio Vianna, Pedro Calmon, Oliveira Torres, Oliveira Lima.

Ao analisarmos as obras de Hélio Vianna (1970) e Pedro Calmon (1959), notamos que a idéia central é de que a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil teria dado origem ao processo de Independência, pois teria elevado politicamente o país a uma condição que não mais poderia retroceder, o Brasil havia transformado-se em Reino e deixara de ser uma colônia; os dois autores privilegiam notoriamente as questões relacionadas aos aspectos políticos.

Oliveira Lima (1997), o qual é bastante citado por Hélio Vianna, apresenta-nos o que chamamos de história laudatória, exaltando a imagem de D. João VI e defendendo ufanamente que no período da emancipação já se havia formado uma identidade nacional. Segundo o autor, o espírito de autonomia surgido no Brasil já no século XVIII, seria a reação natural contra a onipotência do Estado, e o brado patriota elevava-se porque “a formação da nossa nacionalidade o havia tornado possível e legal”. Para Oliveira Lima, foi a política das Cortes que acelerou as marchas dos acontecimentos do Brasil, pois suas intenções eram recolonizar e fazer o país retroceder à condição pura e simples de antigo estado de colônia. Ao não explicitar o que vinha a ser esse “estado de colônia”, o autor passa-nos a idéia de que seria uma questão mais relacionada ao *status* político que aos demais aspectos da situação do Brasil, como as condições práticas nas quais implicariam a recolonização.

Partindo dos mesmos pressupostos de Oliveira Lima, João Camilo de Oliveira Torres (1957) aprofunda ainda mais o caráter ufano da história brasileira, principalmente quando trata do processo de emancipação, consagrando as imagens de D. João VI e D. Pedro I como personalidades verdadeiramente heróicas. A questão-chave para o autor estaria no fato de a Independência ter sido uma revolução legítima e de ter se estabelecido um pacto entre o Príncipe e o povo; a Independência seria um ato de vontade nacional e único. Ao pretender renegar a realidade brasileira, as Cortes assumiram “uma postura reacionária e rebelde”; de acordo com Torres, a Independência do país foi uma revolução legítima porque “nada quis destruir, apenas construir” e nada justificaria a permanência do Brasil em “situação inferior à de Portugal”

A partir da década de 1930 inicia-se uma nova fase no âmbito da produção historiográfica brasileira; nos anos que antecipam e se seguem a essa década, ocorrem profundas transformações no cenário mundial, inclusive dentro do próprio Brasil, privilegiando-se consequentemente outros tipos de abordagens em detrimento do enfoque político da visão tradicionalista. As produções das décadas de 1930/40 e 50, apresentam uma análise acentuadamente economicista, fruto das discussões e influências dos pressupostos marxistas.

No plano externo, o Velho Mundo ainda encontrava-se abalado política e economicamente em consequência das duas Grandes Guerras, além disso, a Europa via-se assombrada

e conturbada com a difusão do ideário marxista que, com a Revolução Bolchevique da Rússia, passara de uma simples possibilidade à uma realidade concreta. Nas Américas, a situação não era menos conflitante. Ao norte, os Estados Unidos haviam passado em 1929 por uma crise de superprodução e ao sul, estouravam revoluções.

No Brasil, a desvalorização da moeda dificultou a aquisição de artigos importados, alterando em demasia a economia brasileira que, sendo de base agrária e voltada para a exportação, não havia desenvolvido uma atividade industrial considerável. Assim, o empresariado nacional viu a possibilidade de produzir internamente gêneros antes importados, aumentando a produção industrial brasileira, visando substituir as importações. Em virtude do crescimento industrial, novos segmentos sociais emergiram e a tradicional elite oligárquica entrava em declínio. Registrou-se também, naquele momento, a difusão das idéias socialistas, as quais influenciaram a criação de novos partidos políticos, a organização do movimento operário e consequentemente o espírito de contestação social e econômico.

O mundo encontrava-se em completa ebulição e as instituições tidas até então como legítimas e naturais, passavam a ser contestadas. Como no século XIX, os fatos ocorridos influenciaram diretamente a produção historiográfica da época. Naquele período, ocorreu uma renovação da historiografia e produziram-se obras que, devido às contribuições do marxismo, possuíam uma visão crítica, um caráter de questionamento à sociedade e principalmente à economia. No entanto, produziu-se uma história determinista e sintética, onde outros aspectos que constituem o conjunto de um momento ou de um processo histórico, como os aspectos político e cultural, foram relegados a um plano inferior, privilegiando-se essencialmente o fator econômico.

Um exemplo dessa vertente historiográfica é Nelson Werneck Sodré (1969), em cujos escritos encontramos uma interpretação acentuadamente economicista da História. Sodré coloca-nos que o sistema colonial fundado no monopólio do comércio, antepunha-se ao movimento expansionista da produção industrial britânica, a qual, em virtude de seu crescimento exigia a abertura de novos mercados. Ao defender a tese de que o processo de Independência seria fruto da revolução burguesa, percebemos nitidamente a presença de um marxismo doutrinário.

Também de orientação marxista mas com uma abordagem menos dogmática e idealista, temos Caio Prado Júnior, apontando para os limites históricos e estruturais do Brasil e revelando, segundo João José Reis, que “a história brasileira é mais marcada pela continuidade do que pela ruptura”.

Para Prado Júnior (1965), a vinda da Corte abolira as velhas engrenagens da administração colonial e significava praticamente “a realização da nossa Independência”. Os interesses da elite dirigente e do Estado estavam convergidos, porém tal convergência passara a ser ameaçada partir de 1820 pelas Cortes portuguesas que exigiam o retorno da Família Real. Para a elite, a Independência representaria a consolidação das vantagens e liberdades adquiridas, enquanto que para as camadas populares, desenhava-se a perspectiva de libertação econômica e social. De acordo com o autor, a Independência do Brasil seria resultado do desenvolvimento econômico do país, “incompatível com o regime de colônia” que, sob pressão, teria que ceder.

Passada a década de 1950, nota-se no âmbito internacional uma inquietação na cultura oficial. No convulsionado mundo pós-guerra, com muitas crises a serem administradas, o descontentamento, especialmente entre a juventude, era crescente. Explodiu na década de 1960 o que a imprensa norte-americana chamou de contracultura, para designar as novas manifestações culturais surgidas no mundo. Eram publicados trabalhos unindo investigação social e psicanálise, questionando-se a gênese e o sentido dos fenômenos da repressão, alienação e dominação na sociedade industrial. No Brasil, entrava-mos no período ditatorial nos anos de 1960 e, nos de 70, no período denominado “milagre econômico”. Assim como o mundo, a historiografia brasileira, apesar de ainda apresentar em suas análises uma visão economicista, começava a tomar novos rumos.

Naquele período, foram publicados os estudos de Emilia Viotti da Costa (MOTA, 1985) que, apesar de manterem acento no aspecto econômico, apontavam também para uma abordagem política da história. Para a autora, o ponto nevrálgico do ideário emancipacionista no Brasil, estaria concentrado nos monopólios, pois a ampliação do mercado europeu aumentara a demanda dos produtos coloniais e criara na colônia “um ambiente hostil à Metrópole e receptivo à pregação revolucionária”. Aborda as tensões ocorridas entre produtores e distribuidores e os que disputavam o usufruto dos privilégios, em virtude do sistema mercantilista; para a autora o que tínhamos era “uma luta de colonos contra a Metrópole”. Contudo, Emilia Viotti também considera os aspectos relacionados ao âmbito político ao reconhecer que o estado Absolutista teria sido colocado em xeque pelas aspirações da burguesia, “ansiosa por controlar o poder através das formas representativas de governo”.

Fernando A. Novais, também contemporâneo às décadas de 60/70, coloca-nos que a colônia preenchia sua “função histórica” através dos monopólios e do exclusivismo comercial, que se configuravam como “a medula” do sistema mercantilista; a Independência seria um momento do longo processo de desagregação desse sistema colonial e o início da montagem do Estado Nacional, sendo possibilitada pela pressão do industrialismo inglês, pela presença das idéias da Ilustração francesa e pelas invasões napoleônicas, que desencadeara a vinda da Corte para o Brasil. No início do século XIX, passara-se a viver no Brasil uma fase mais flexível, principalmente em relação à política colonial, tendo aguçado as pretensões dos colonos.

Todavia, os escritos de Novais apontam também para outras perspectivas que não somente as econômicas. Aborda as questões políticas e sociais no período, reconhecendo que a produção colonial exigia outras categorias além do “binômio senhor/escravo” e explora essa temática. O autor refuta a idéia de que as rebeliões do período colonial levariam inevitavelmente à Independência; esta teria sido fruto da convergência de inúmeros fatores, dentre eles o econômico, o político e o social.

Após a grande ebulição política e cultural das décadas de 60 e 70, às duas seguintes estariam reservados acontecimentos decisivos: o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, o estilhaçamento da União Soviética e do socialismo utópico, o fim do *Apartheid* na África do Sul, entre tantos outros acontecimentos. O galope infrene das ciências rompia a barreira dos sonhos e entrava em curso a realidade

virtual. Iniciava-se o Projeto Genoma e a clonagem passava a ser um fato.

Os anos 80 no Brasil registrariam a agonia do regime militar e o retorno da normalidade institucional com a volta da democracia. Foi um período de maior participação política e manifestações populares, contudo, considerado como “a década perdida”, pois a economia estagnou, e o país não conseguiu tirar o atraso social deixado pela ditadura. A década de 90 chega sem a maquiagem da censura, o Brasil mostra a sua face real: corrupção, violência e miséria.

Novamente, influenciada pelos acontecimentos mundiais, a historiografia passaria a abordar a História sob novas perspectivas. Não mais detinha-se acento no econômico e a partir de então, seriam privilegiados aspectos que até então apareciam à margem das análises e que antes eram considerados subjetivos e pessoais. Visava-se uma história cultural, onde as representações, o imaginário e a simbologia passariam a nortear os estudos. Desviava-se o olhar dos grandes acontecimentos e focava-se o pitoresco. A partir dessa perspectiva, as sensações começaram a ser contempladas, o tempo passou a ser flexível e sem preocupação linear; as fontes seriam portadoras não de uma verdade, mas sim de uma versão (BOUTIER & JULIA:1998).

Nas últimas décadas do século XX, assistimos segundo René Rémond (1996), um retorno da história política e das relações de poder, retorno esse despertado com a incidência das guerras que contribuíram para dar crédito à idéia de que o político agia sobre o destino dos povos. Ainda de acordo com Rémond, em meados do século XX, desfoqueu-se a história política como forma de renegar a herança de um longo passado; contribuíram para a latência da história política o advento da democracia, o impulso do movimento operário e a difusão do socialismo. Além do retorno da abordagem política, verticalizou-se a abordagem social, já iniciada por volta da década de 50. É a partir dessa perspectiva que muitas obras sobre o processo de Independência do Brasil passam a ser abordadas depois do final dos anos 80.

As obras de Alden (BETHELL:1999) e Schonoor (DEL PRIORI:2000) apresentam um acento sobre o social e o político, trabalhando com a demografia, com a religião, com o vestuário e com a cultura dos diferentes extratos sociais no início do século XIX. O primeiro aponta-nos as muitas restrições impostas, inclusive pelas próprias câmaras provinciais, no fim do período colonial como um fator preponderante para o processo de Independência, pois não somente radicais e brasileiros, mas também figuras eminentes e portugueses chamavam a atenção da Coroa para mudanças fundamentais, sem as quais o sentimento revolucionário estava propenso a multiplicar. Para o segundo, a questão estava mais vinculada à disputa de poder político e a emancipação representaria o ponto culminante de disputa entre as elites por esse poder.

Também apresentando um enfoque inovador sobre o processo da Independência brasileira temos os estudos de Lara Lis Carvalho Souza (1999), onde o que se busca não é a repetição ou exatidão dos fatos, mas a preocupação com a construção do simbólico da Independência, com suas representações; explora a questão de como o imaginário popular foi trabalhado pelos estudiosos do assunto. Souza (1999:15) pretende mais “descortinar um horizonte do que ultrapassá-lo ou dá-lo por explorado”; desvia o foco do momento da Independência e de seu processo para as questões relacionadas às

representações, aos simbolismos e à construção das imagens, fornecendo-nos assim, uma nova forma de interpretação histórica.

Conclusão

Assim sendo, diante da “trajetória” da produção historiográfica sobre o processo de emancipação política brasileira exposta brevemente acima, e a partir dos diferentes tipos de análises produzidos até aqui, foi-nos possível perceber que a produção historiográfica brasileira está intimamente relacionada à realidade e ao momento histórico no qual se insere o historiador. Notamos que a historiografia, inevitavelmente, acompanha padrões, conceitos e perspectivas preponderantes em sua época. Por mais “imparcial” que se pretenda ser, toda obra traz um pouco da identidade do autor, que aponta para a História de acordo com a sua vivência. É o presente que orienta o passado.

Referências

ARMITAGE, J. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSEP, 1981.

BETHEL, L. **América Latina colonial**. Brasília: Universidade de São Paulo/FUNAG, 1999. v. 2.

BOUTIER, J. J. D. (Org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: EFRJ/FGV, 1998.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de história**. Lisboa: Presença, 1972.

BARRETO, V.; PAIM, A. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: EDUSEP, 1989.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. Brasília:UNB, 1992.

CALMON, P. **História do Brasil**. São Paulo: J. Olympio. 1959. v. 4.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAVEAU, A.; TÉTART, P. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

DEL PRIORI, M. **Revisão do paraíso**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GOMES, Â. de C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HOLANDA, S. B. de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1996.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, O. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

MOTA, C. G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1985.

MOTA, C. G. **Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)**. São Paulo: Cortez, 1989.

NOVAIS, F. A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

NOVAIS, F. A.; MOTA, C. G. **A independência política do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ODÁLIA, N. (Org.). **Varnhagem: história**. São Paulo: Ática, 1979.

OLIVEIRA TORRES, J. C. de. **A democracia coroada**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

REIS, J. J. **As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SODRÉ, N. W. **As razões da independência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SOUZA, I. L. C. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999.

VARNHAGEN, F. A. de. **História geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1962. t. 4.

VIANNA, H. **História do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970. v. 1.

Recebido para publicação em: 09/03/2004
 Received for publication on 09 March 2004
 Aceito para publicação em: 02/04/2004
 Accepted for publication on 02 April 2004